

FGV Social lança a pesquisa "A Montanha-Russa da Pobreza"

Além de prosperidade e igualdade, estabilidade é um atributo fundamental para o bem estar social. Tal como as duas primeiras se encontra em falta no caso brasileiro. A pesquisa calcula em frequência mensal indicadores baseados em renda domiciliar per capita de todas as fontes normalmente disponibilizados em janelas de mensuração anuais. Propõe-se discutir as implicações dessas janelas de mensuração em termos de medição de bem-estar social e destacar suas causas, tal como a chegada da covid-19 ao país e a adoção de novas políticas de rendas (Auxílios).

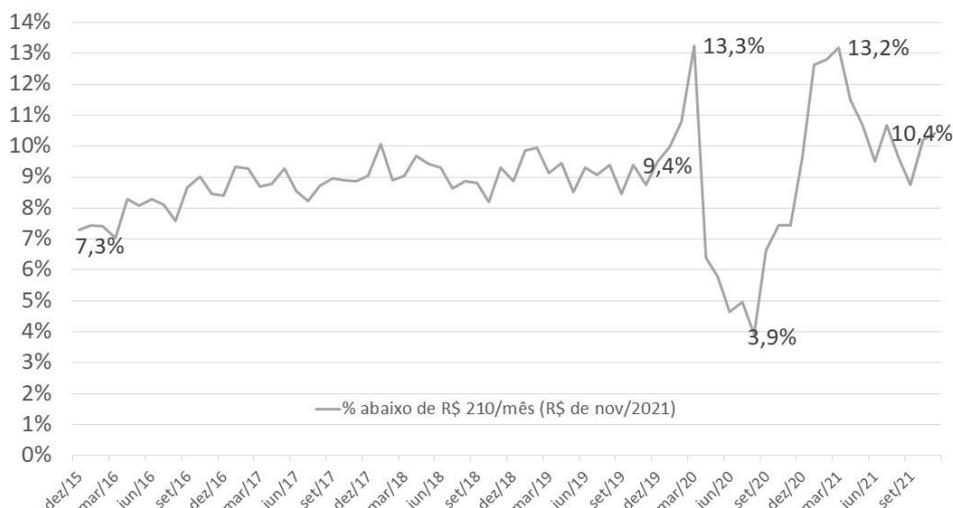
Retrato - Em termos da última fotografia anual da pobreza, 10,8% da população estava abaixo da linha de pobreza de R\$ 210 per capita em 2021, cerca de 23 milhões de pessoas, em termos relativos ou absolutos o nível mais alto da série histórica. Esta linha embora baixa para suprir necessidades básicas é usada como critério de elegibilidade a algum benefício pelo Auxílio Brasil.

Em termos de mudanças a proporção de pobres em bases anuais sobe 42,11% entre 2020 e 2021, correspondendo a 7,2 milhões de novos pobres em relação a 2020 e 3,6 milhões de novos pobres em relação ao pré-pandemia.

Mensais - As mudanças das séries de pobreza anuais no Brasil escondem no período recente flutuações com amplitude 5,7 vezes ainda mais pronunciadas observadas em séries mensais, dado o aumento de 238,5% da mesma em menos de seis meses. Esse é o salto entre o menor ponto de pobreza de todos os tempos experimentado em agosto de 2020, quando a mesma atinge 3,9%, e o ápice de 13,2% durante a interrupção do Auxílio Emergencial em março de 2021, o recorde histórico desta série iniciada em 2015. Coincidentemente, este novo pico de pobreza equivale quase ao pico gêmeo do primeiro mês da pandemia (13,3%).

Os brasileiros mais pobres têm de fato vivido uma montanha-russa nos três últimos anos. A renda mensal dos 10% mais pobres já vinha em queda antes da chegada da covid-19 ao Brasil e despencou a menos da metade no início do isolamento social (R\$ 114 em novembro de 2019 a R\$ 52 em março de 2020). Desde este mínimo, a renda do grupo foi mais do que quadruplicada até seu pico histórico em agosto do mesmo ano (R\$ 215), na fase mais generosa do Auxílio Emergencial (AE). Daquele valor de pico, desabou, ficando 15,8% abaixo do nível pré-pandemia (R\$ 96 em novembro de 2021). Este último projeta tendência negativa pois incorpora os valores nominais fixados do novo Auxílio Brasil face o cenário prospectivo de inflação alta, especialmente para baixa renda.

Pobreza mensal (dez/2015 - nov/2021)

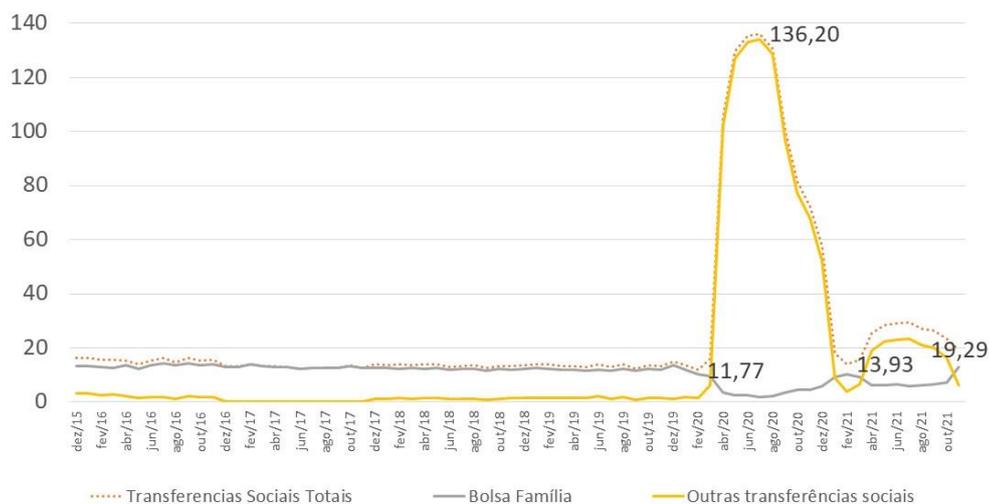


Fonte: Elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE.

<https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>

Auxílios - A fim de entender as causas das flutuações sociais mostramos as séries de renda domiciliar per capita média do trabalho para captar o efeito isolamento e as transferências sociais per capita em relação a toda população. Esta última sai de R\$ 11,77 em fevereiro de 2020 para R\$ 136,20 em julho de 2020 caindo para 13,93 em fevereiro de 2021. O último ponto da série que já incorpora o Auxílio Brasil substituindo o Auxílio Emergencial e o Programa Bolsa Família, o valor de transferências é de R\$ 19,29, 63,9% maior que logo antes da chegada da pandemia mas apenas 14,2% o valor encontrado no ápice do Auxílio Emergencial. Incidentalmente, contas realizadas pelo FGV Social com uma linha de pobreza em torno de R\$ 300 revelam um custo mensal per capita para superação de pobreza de R\$ 15 adicionais aos programas existentes na véspera da adoção do Auxílio Brasil.

Média das transferências sociais per capita (R\$ de dez/2021)



Fonte: Elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE.

<https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>

Veja a pesquisa completa no site:

<https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>

(nos dispomos a gerar dados específicos sob demanda)